

MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL DE 1996 A 2024

Janaina Neves Estrela de Cantuário. UFRRJ janaina.cantuario@ufrj.br

José dos Santos Souza. UFRRJ jsantos@ufrj.br

Apresentamos aqui um excerto de uma pesquisa doutorado desenvolvida no Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Essa pesquisa tem como objetivo compreender o impacto da legislação atual na política de assistência estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Partimos da hipótese de que essa legislação desvela múltiplas determinações que visam conformar a realidade dessa Rede de Ensino ao projeto burguês de formação humana pragmática, imediatista e interessada da classe trabalhadora, de modo que a política de assistência se constitui em uma espécie de inclusão excludente.

Neste trabalho, apresentamos uma revisão da literatura acerca da assistência estudantil no Brasil. Essa revisão de literatura teve como objetivo mapear a produção científica sobre o tema investigado no período de 1996 a 2024, de modo a identificar as principais tendências do debate científico, as principais contribuições teóricas e metodológicas, as eventuais polêmicas envolvendo o tema.

O levantamento bibliográfico que serviu de base para a revisão da literatura foi realizado no período de agosto a dezembro de 2024, nos repositórios virtuais de maior impacto na produção acadêmica e científica da área de Educação no Brasil, são eles: o Educ@; a Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Brasil; o Catálogo de Dissertações e Teses (CDT) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e os trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

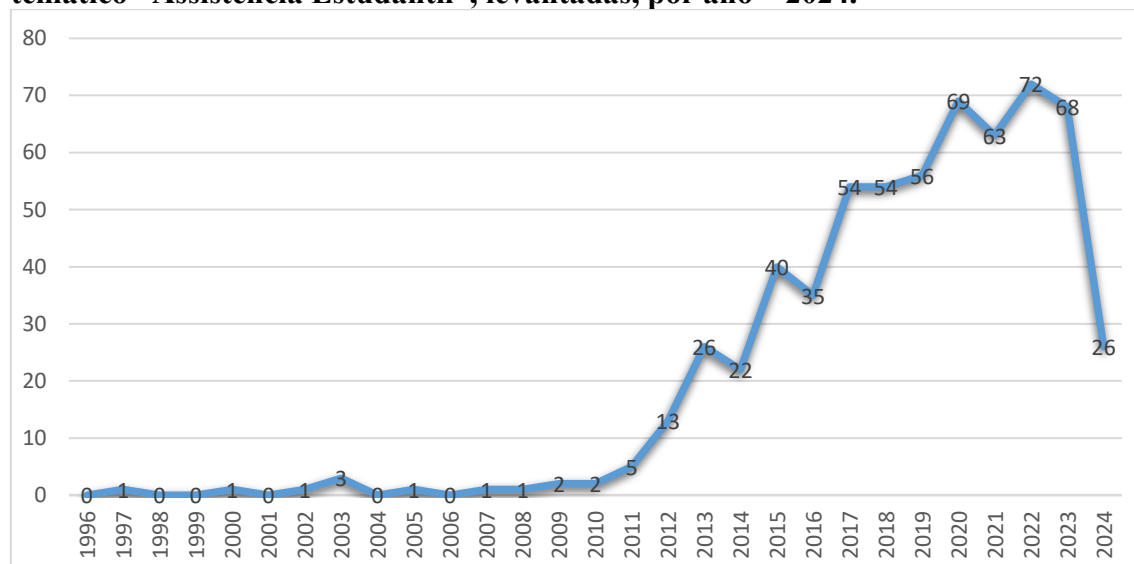
O recorte temporal para o levantamento das publicações científicas teve como referência o período de 1996 a 2024. O ano de 1996 foi estabelecido como limite

temporal, tendo como referência o marco histórico das reformas educacionais de cunho neoliberal mais contundentes na área da Educação: é a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996). No repositório da ANPED, abrimos uma exceção, haja vista que só foi possível acessar os trabalhos publicados a partir da 23ª Reunião Científica, ocorrida em 2000, pois os trabalhos das Reuniões anteriores não estão disponíveis virtualmente. Aqui, convém ressaltar que em virtude da amplitude temática deste repositório, que dispões de 23 Grupos de Trabalho (GT), delimitamos o levantamento aos GT's considerados aderentes a temática, que são: Estado e Política Educacional (GT5); Trabalho e Educação (GT9) e Política da Educação Superior (GT11).

O levantamento bibliográfico resultou em um total de 615 produções científicas levantadas, sendo 42 artigos, 532 dissertações, 35 teses e 6 trabalhos apresentados nas Reuniões Anuais ANPED, dos quais 3 são resumos expandidos e 3 são pôsteres.

Ao examinarmos a evolução cronológica das produções científicas levantadas, percebemos que foi a partir de 2012, conforme o disposto no Gráfico 1, que o tema passa a ter maior relevância nas produções acadêmicas.

Gráfico 1: Evolução cronológica das produções científicas pertinentes ao eixo temático “Assistência Estudantil”, levantadas, por ano – 2024.



Fonte: elaboração própria.

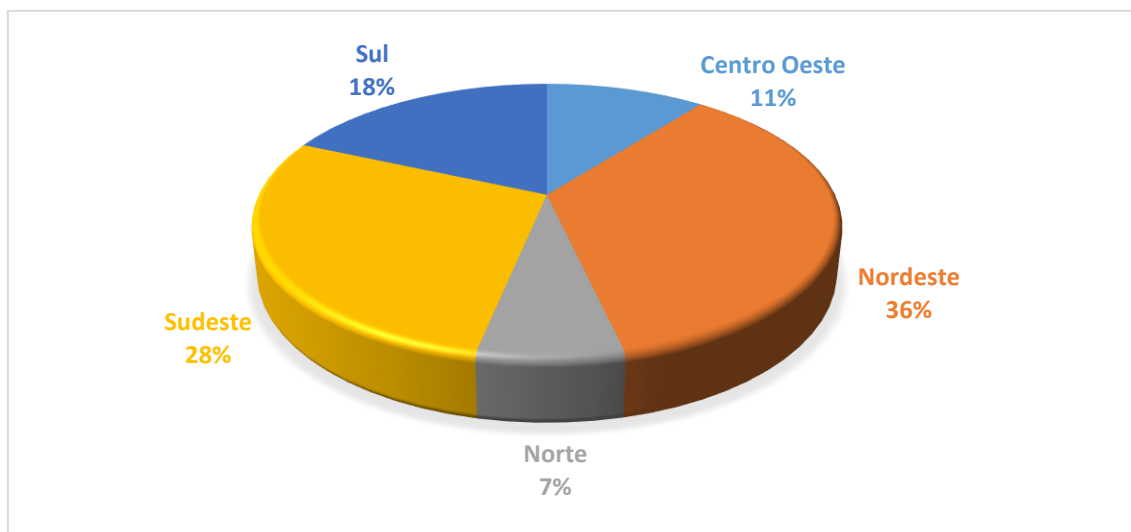
Acreditamos que isso se dá em virtude da promulgação do Decreto nº 7.234/2010 (Brasil, 2010), que institui no Brasil o Programa Nacional de Assistência Estudantil

(PNAES). Dutra e Santos (2017), apontam que de iniciativas pontuais e fragmentadas, restritas às instituições isoladas e escassos recursos, as discussões acerca da assistência ao estudante vão se tornando cada vez mais sistemáticas e complexas no decurso de sua trajetória, até ganhar legitimidade na agenda do Governo e alcançar, ainda que de forma parcial, a vista que até então se dava por meio de um Decreto, status de política pública:

Em 10 de julho de 2010, o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, transformou o PNAES em Decreto nº 7.234, dando um grande passo para que o PNAES saísse da dimensão de política de governo para política de Estado. Esse documento representou uma importante conquista dos grupos organizados (Fonaprace, Andifes, UNE) que lutaram pela consolidação da AE em nível institucional e por seu reconhecimento legal enquanto política pública de direito (Dutra; Santos, 2017).

Para determinar a unidade da federação das publicações, tomamos como referência o vínculo institucional mencionado pelo primeiro autor na publicação científica. Com exceção do estado do Amapá, há publicações sobre Assistência Estudantil em todos os estados brasileiros e Distrito Federal. Feito isso, categorizamos as produções científicas por Região Política, resultado demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Percentuais das produções científicas pertinentes ao eixo temático “Assistência Estudantil”, levantadas, por macrorregiões brasileiras - 2024.



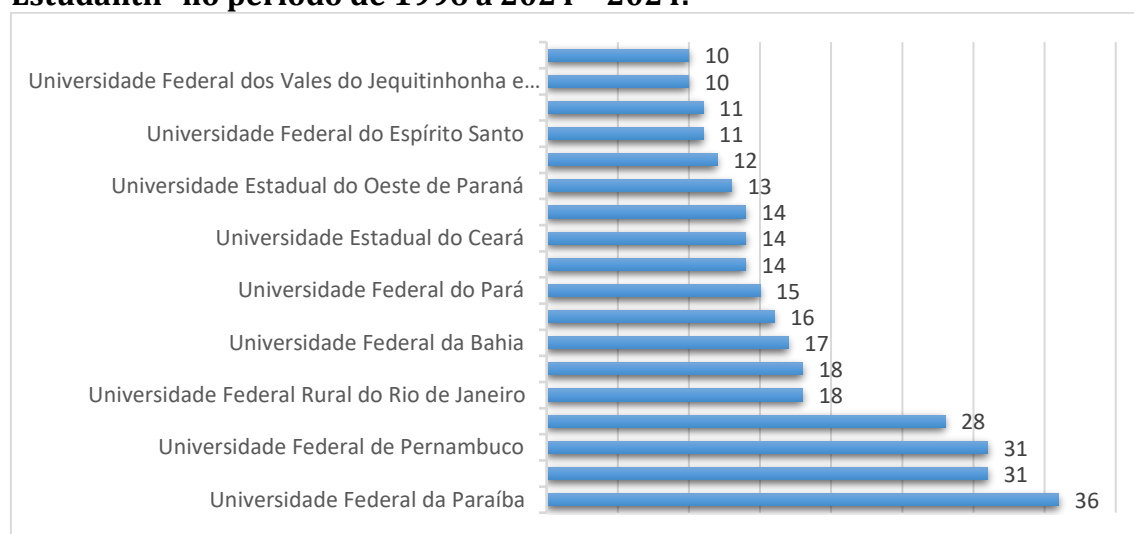
Fonte: elaboração própria.

Vale a pena destacar que a Região que apresentou o maior número de produções científicas sobre o tema foi a Região Nordeste, corroborando com Rodriguez e Lima (2023) que fizeram uma pesquisa cujo objetivo foi apresentar as principais características da produção científica sobre a política pública de assistência estudantil e 33% das

produções científicas que tratam da assistência estudantil foram de instituições do Nordeste Brasileiro, seguidas da Região Sudeste.

Para melhor exemplificar essas informações, no Gráfico 3 apresentamos as universidades que mais produziram¹ sobre a temática de Assistência Estudantil no período analisado. Com destaque para a Universidade Federal da Paraíba, na Região Nordeste, instituição que produziu o maior número de teses e dissertações sobre a temática no país: 36 publicações. Na Região Centro-Oeste, onde está localizado o Instituto Federal Goiano, o destaque fica por conta da Universidade de Brasília, com 31 trabalhos sobre assistência estudantil. Na Região Sudoeste destacam-se a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com 18 trabalhos, e a Universidade Federal de Juiz de Fora, 16 trabalhos. Na Região Norte o destaque fica para a Universidade Federal do Pará, com 15 produções científicas. Na Região Sul, o destaque foi para a Universidade Federal de Santa Maria.

Gráfico 3: Universidades que mais produziram sobre a temática “Assistência Estudantil” no período de 1996 a 2024 – 2024.



Fonte: elaboração própria.

Para finalizar essa etapa da pesquisa classificamos as produções acadêmicas que tratam especificamente da assistência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, essa classificação nos permitiu identificar 227 produções científicas, o que equivale a 37% do total da produção científica levantada.

¹ Durante o levantamento chegamos a um total de 128 instituições que apresentam produções acadêmicas sobre a temática de Assistência Estudantil, para não ficar muito extenso, no gráfico 6 limitamos em apresentar as instituições que produziram 10 ou mais trabalhos acadêmicos sobre a temática no período deste levantamento.

Realizada a classificação e análise dessas tendências analíticas identificadas nas 227 produções científicas levantadas, observamos que os pesquisadores entendem a assistência estudantil como essencial para a redução da evasão e promoção da equidade educacional, todavia, reconhecem que essa política enfrenta desafios estruturais como a precariedade das condições de trabalho dos profissionais envolvidos, além de ausência de mecanismos de avaliação e monitoramento efetivos dos resultados, bem como atenção insuficiente ao financiamento.

Essa lacuna é especialmente preocupante diante do cenário atual, quando, em março de 2024, foi anunciada a criação de 100 novos campi de institutos federais e a recente sanção da Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024), que institui a política nacional de assistência estudantil sem prever, até o momento, novas fontes de financiamento, sendo sua execução condicionada à disponibilidade orçamentária. Esse fator, obviamente, limita significativamente o alcance e a efetividade dessa política pública.

A análise nos permite afirmar que a produção científica sobre assistência estudantil no Brasil vem se consolidando ao longo das últimas décadas com crescimento expressivo a partir de 2012, especialmente após a promulgação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o que evidencia sua crescente inserção na agenda acadêmica. Verificamos que a maior parte dessa produção está concentrada em programas de pós-graduação *stricto sensu* da Região Nordeste do país, com destaque para a Universidade Federal da Paraíba. Outro aspecto relevante se refere à distribuição da origem das produções científicas entre diferentes redes de ensino. Observamos ainda, que o fato de 37% das 615 produções científicas analisadas tratarem especificamente da assistência estudantil na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que evidencia o relevo dado pelo meio científico a essa rede de ensino como objeto investigação, isso também evidencia certa carência de estudos sobre a assistência estudantil nas redes estaduais de educação profissional e tecnológica estruturadas no país a partir dos anos 2010 por fomento do Programa de Educação Profissional (PROEP).

Ademais, o financiamento emergiu como categoria analítica central para a efetividade da assistência estudantil, demandando debates que transcendam os aspectos técnicos e alcancem as determinações históricas e sociais do modo de produção capitalista. A análise das políticas públicas, nesse sentido, não pode ser dissociada das

condições estruturais da sociedade. Assim, o mapeamento realizado nesta pesquisa contribui para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a assistência estudantil, ao oferecer subsídios teóricos e metodológicos, bem como referências empíricas para análises que considerem a totalidade das determinações sociais, políticas e econômicas que conformam as políticas sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de assistência estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 13 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília, DF: 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14914-3-julho-2024-795887-publicacaooriginal-172283-pl.html> . Acesso em 11/05/2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: 1996. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf&ved=2ahUKEwi2-fud8pGNAXXolpUCHUv9DlQFnoECE8QAQ&usg=AOvVaw3uvoMSlwte39Za_1LcEq3O . Acesso em: 07/07/05/2025

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.** Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, mar. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362017000100148&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2024.

RODRIGUEZ, T. D. M.; LIMA, T. P. Revisão sistemática da pesquisa em política pública de assistência estudantil: Systematic review of research on public policy on student assistance. **Brazilian Journal of Business**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 1852–1869, 2023. DOI: 10.34140/bjbv5n4-002. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJB/article/view/63998>. Acesso em: 22 jan. 2025.